*Anexo 5*

**INFORMAÇÕES SOBRE TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS E CONSENSO *(1)***

***nos termos do art. 13 do Regulamento Europeu n. 679/2016***

Este aviso de informações, de acordo com o Regulamento (UE) 2016/679 (DGPR) indica as modalidades de tratamento de dados pessoais. Em conformidade com a legislação acima mencionada e consequentes direitos e obrigações, vos informamos:

1. Controlador de dados - O controlador dos dados é o Ministério das Relações Exteriores e Cooperação Internacional (MAECI) da República Italiana, que, neste caso específico, opera por meio da Contratante indicada nos documentos a licitação: Embaixada da Itália em Brasília, localizada na SES QD. 807 LT. 30, Asa Sul, Brasília (DF), CEP 70.420-900, e-mail: urp@esteri.it; PEC: ministero.affariesteri@cert.esteri.it;

2. Responsável pela proteção dos dados – O Responsável pela Proteção dos Dados pode ser contatado no seguinte endereço de e-mail: rpd@esteri.it; PEC: rpd@cert.esteri.it;

3. Finalidade do tratamento - Os dados pessoais são tratados e coletados para as seguintes finalidades:

A. finalidades administrativo-contábeis em relação à avaliação do pedido pré contratual da parte interessada (como aquelas para registro no Cadastro de Fornecedores), à avaliação de cessão e ao eventual cumprimento da mesma.

B. cumprimento de obrigações legais (tais como verificações de combate à lavagem de dinheiro, comunicações para fins fiscais), de regulamentos e/ou normas comunitárias emitidas por Autoridades de supervisão e controle ou por outras Autoridades legitimadas a fazê-lo.

4. Base jurídica para o tratamento de dados - Para as finalidades indicadas na letrasA), o tratamento é necessário para a execução de um contrato do qual o titular dos dados é parte ou para a execução de medidas pré-contratuais sob pedido do mesmo, de acordo com o art. 6, par. 1, letr. b) do Regulamento UE 2016/679. Para as finalidades indicadas na letra B) o tratamento é necessário para cumprir uma obrigação legal a qual é sujeito controlador do tratamento e o fornecimento dos dados é obrigatório, nos termos do art. 6, par. 1, letr. c) do Regulamento UE 2016/679.

5. Métodos de tratamento e armazenamento de dados pessoais – O tratamento dos dados pessoais são processados por meio de ferramentas manuais, informatizadas e telemáticas (software de gerenciamento da web), com lógicas estritamente relacionadas às finalidades da própria entidade e, em qualquer caso, de forma a garantir sua segurança e confidencialidade em conformidade com a legislação vigente. O Controlador se compromete a manter em custódia e controlar os dados pessoais adotando medidas técnicas e organizacionais apropriadas para combater os riscos de destruição ou perda, acesso não autorizado ou processamento não permitido ou que não esteja de acordo com as finalidades para as quais foram coletados. Em conformidade com os princípios de legalidade, limitação da finalidade e minimização, os dados serão retidos durante toda a duração do processamento e, posteriormente, pelo tempo necessário para o cumprimento das obrigações impostas à entidade Embaixada da República da Itália em Brasília e para o cumprimento de quaisquer obrigações legais relacionadas ou decorrentes das mesmas, também com relação à gestão de arquivos públicos em conformidade com o Código de Ética e Boa Conduta para o processamento de dados pessoais para fins históricos e estatísticos.

6. Categorias especiais de dados pessoais - Dados que revelam a origem racial ou étnica (com referência ao certificado de cidadania), dados relativos à saúde, dados relativos à vida sexual ou orientação sexual de uma pessoa, convicções políticas e sindicais, religiosas, filosóficas e outras crenças comparáveis, qualificadas como “categorias especiais de dados pessoais, bem como dados relativos a condenações penais e infrações nos termos do Art. 10 do Regulamento UE 2016/679 devem ser processados exclusivamente com o consentimento do titular dos dados no desempenho das tarefas e funções para o cumprimento das obrigações decorrentes da legislação e para os fins indicados no ponto 3 acima e de acordo com a base legal especificada no ponto 4.

7. Destinatários - Os dados pessoais processados pela entidade poderão ser comunicados a entidades e sujeitos públicos de acordo com as disposições da legislação vigente, bem como a consultores nomeados pela própria entidade. Os dados fornecidos pelo interessado também poderão ser comunicados a partes externas, como consultores, advogados, empresas que fornecem hardware, software e gerenciam redes e sistemas de computadores (*outsourcer*), empresas para serviços de arquivamento e armazenamento de documentos, bem como patronatos, organizações, associações, empresas. A pessoa em questão dá seu consentimento para a publicação dos dados acima mencionados e dos elementos essenciais do contrato celebrado no site da parte contratante, de acordo com a legislação italiana sobre a transparência dos contratos públicos;

8. Transferência de dados para o exterior - De acordo com o Art. 49, os dados pessoais podem ser transferidos para países terceiros fora da União Europeia ou para organizações internacionais, quando a transferência for necessária para a execução do contrato ou para a execução de medidas pré-contratuais tomadas a pedido do titular dos dados.

9. Direitos do titular dos dados - Os direitos do titular dos dados estão definidos nos artigos 15 ao 22 do Regulamento UE 2016/679, incluindo os direitos de: - Solicitar confirmação da existência ou não de seus dados pessoais. - Ter acesso, a qualquer momento, aos dados que lhe dizem respeito. - Obter informações sobre as finalidades do processamento, as categorias de dados pessoais, os destinatários ou categorias de destinatários aos quais os dados pessoais foram ou serão divulgados e, quando possível, o período de armazenamento (art. 15). - Obter a retificação ou, quando os dados forem processados em violação da lei ou estiverem incompletos ou incorretos, o apagamento ou o bloqueio dos dados (art. 16) (art. 17). - Obter restrição de processamento (art. 18). - Obter a portabilidade dos dados, ou seja, recebê-los de um controlador de dados, em um formato estruturado, comumente usado e legível por máquina, e transmiti-los a outro controlador de dados sem impedimentos (art. 20). - Opor-se ao processamento de seus próprios dados a qualquer momento por motivos legítimos (Art. 21).- Opor-se a um processo automatizado de tomada de decisão referente a pessoas físicas, incluindo a criação de perfis. - Solicitar ao controlador de dados que atualize, complemente ou restrinja o processamento que lhe diz respeito (Art. 22). - Retirar o consentimento a qualquer momento sem afetar a legalidade do processamento com base no consentimento dado antes da retirada (Art. 7). - Apresentar uma reclamação a uma autoridade supervisora, ou seja, no Estado Membro onde normalmente reside, trabalha ou onde ocorreu a suposta infração. No caso da Itália, essa autoridade é o 'Garante per la protezione dei dati personali', estabelecido pela Lei nº 675 de 31 de dezembro de 1996 (http://www.garanteprivacy.it/) (art. 77). Os direitos acima mencionados podem ser exercidos a qualquer momento, escrevendo para o Controlador de Dados no endereço de e-mail indicado no ponto 1.

[Local], \_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_.

Assinatura do titular dos dados para confirmação e consentimento do processamento de dados

…………………………………………………….